



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/CE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08270.004619/2024-09

1. DADOS

1.1. Órgão responsável pela Contratação: Superintendência da Polícia Federal no Ceará, UASG 200392

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

2.1. O presente documento visa levantar os elementos essenciais e analisar a viabilidade, bem como apontar a solução que melhor atende às necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Ceará e suas unidades descentralizadas, apresentada por intermédio do Documento de Formalização da Demanda (SEI 34908232), de acordo com as diretrizes traçadas na Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, IN Nº 58/2022 e demais normas aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objetivo do presente processo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns sob o regime de execução indireta de Recepcionistas (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Copeira (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Auxiliar Administrativo (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Motorista de Caminhão, Lavador de Veículos com fornecimento de insumos (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Tratador de Animais e Auxiliar de Convés, conforme o exposto no Documento de Formalização da Demanda (SEI 34908232) a serem executados de forma contínua, nas dependências da SR/PF/CE e suas unidades, por meio da realização de atividades complementares necessárias ao bom funcionamento do órgão, possibilitando que a Administração se faça presente ofertando um serviço de excelência aos usuários internos e externos.

3.2. Considerando o disposto no Art. 10, § 7º do Decreto-Lei nº 200/67, segundo o qual: “Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”;

3.3. Esta análise fundamenta-se nas diretrizes traçadas pela Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG, combinada com a IN nº 58/2022 e demais normas aplicáveis.

3.4. A contratação se faz necessária uma vez que houve a necessidade de aumentar a quantidade de mão de obra terceirizada, além do que, por motivos de ajustes administrativos não serão renovados os contratos ora em vigência.

3.5. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, visto que as atividades desenvolvidas pelos profissionais designados para a contratação pretendida possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

3.6. Importante ressaltar que o órgão não dispõe das categorias funcionais cuja atribuição coincida com o objeto a ser contratado. Assim, dentre os cargos que integram a estrutura da Polícia Federal, não há cargo com atribuições idênticas ou similares às dos postos de trabalho que se pretende contratar.

3.7. O desafio da Administração Pública moderna é assegurar a qualidade na prestação dos serviços públicos. As atividades realizadas pelo apoio administrativo, apesar de acessórias, permeiam todas as atividades dos servidores desde os administrativos (área meio) até os da área policial (área fim), de forma que a contratação dos serviços demandados darão suporte às atividades finalísticas institucionais, permitindo que estas sejam executadas de forma contínua, eficiente e eficaz.

3.8. Considerando que a contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza e conservação se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação destes serviços nas dependências da unidade da Polícia Federal acima mencionadas. Visa manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente, que por sua vez, encontra amparo legal na Portaria nº 443/2018-MPDG, a qual regulamentou o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, de 21/09/2018, e na Instrução Normativa MPDG nº 05 de 26/05/2017 e suas atualizações.

3.9. O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros.

3.10. A necessidade da contratação é evidente, haja vista que os serviços a serem contratados são de natureza acessória imprescindível: sem esses importantes serviços auxiliares, resta prejudicada a qualidade do serviço público prestado à população.

4. DA LEGISLAÇÃO

Id	Tipo	Descrição
1	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024 CATEGORIAS: 5ª FAIXA: RECEPCIONISTA, AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS, AUXILIAR ADMINISTRATIVO. 1ª FAIXA: COPEIRA(O).	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE0000508/2023. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO LOC E ADM DE IMOV COM E DE LIMP PUBL E PRIVADA NO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ Nº 23.443.849/0001-35 com abrangência territorial em CE. DATA BASE 1º de janeiro
	TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE0000127/2024. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO LOC E ADM DE IMOV COM E DE LIMP PUBL E PRIVADA NO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ Nº 23.443.849/0001-35, com abrangência territorial em CE.
2	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024 CATEGORIAS: MOTORISTA DE CAMINHÃO E LAVADOR DE CARRO.	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE001194/2023. SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOVI ESTADO CEARA, CNPJ n. 07.339.955/0001- 17. DATA BASE: 01º de agosto
3	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024 CATEGORIA: TRATADORES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000173/2023. SIND DOS EMPREGADOS EM PET SHOPS,CANIS,CLINICAS VETERINARIAS,ESC. DE ADESTRAMENTOS DE ANIMAIS DOMEST. E HOTEIS PARA ANIMAIS DOMEST. DO EST. DO CE., CNPJ n. 14.019.744/0001-62. DATA BASE: 1º de janeiro
	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
	LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

5. AREA REQUISITANTE

- 5.1. Área Requisitante: SELOG/SR/PF/CE
- 5.2. Responsável: NEY DE CARVALHO ALMEIDA

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação dos Serviços Terceirizados tem por objetivo a manutenção contínua e ininterrupta das diversas atividades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado no Ceará e suas unidades, garantindo todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades do órgão.
- 6.2. Em relação à natureza dos serviços, são classificados como comuns de natureza continuada (contratação de mão de obra com dedicação exclusiva), se enquadrando nos pressupostos da IN 05/2017-MPOG.
- 6.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global por grupo de itens.
- 6.4. Por se tratar de serviços de caráter continuados, o contrato deverá ter inicialmente vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. A contratação dos serviços abrange os seguintes requisitos básicos:
- 6.5.1. Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada através de atestados de capacidade técnica;
- 6.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 6.7. O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do PARECER nº 00004/2017 /CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017;
- 6.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 6.9. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- 6.10. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;
- 6.11. Dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;
- 6.12. O serviço que se objetiva contratar é de natureza continuada em face de sua essencialidade enquanto atividade acessória às finalidades institucionais do Órgão;
- 6.13. A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG n.º 01, de 19/01/2010;

6.14. Os funcionários de todos os cargos deverão possuir formação escolar básica compatível com a natureza do serviço a ser prestado.

6.15. Para a execução do serviço, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações – CBO e Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente.

6.16. Prestar o serviço com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.

6.17. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

SERVIÇO	CÓDIGO	OCUPAÇÃO
Recepcionista	CBO-4221-05	As atribuições e características da ocupação são variáveis de acordo com a localidade a ser atendida, contudo, em todos os casos são relacionadas ao posto de trabalho em questão, tendo como principal atender e orientar os usuários do serviço público prestado pela Polícia Federal, bem como outras atividades descritas no Termo de Referência.
Copeira	CBO-5134-25	As atribuições e características da ocupação são variáveis de acordo com o setor ser atendido, contudo, em todos os casos são relacionadas ao posto de trabalho em questão, tendo como atividades principais, as descritas no Termo de Referência, ligadas intrinsecamente às atividades de copa.
Auxiliar Administrativo	CBO-4110-10	As atribuições e características da ocupação são variáveis de acordo com o setor ser atendido, contudo, em todos os casos são relacionadas ao posto de trabalho em questão, tendo como atividades principais, as descritas no Termo de Referência.

SERVIÇO	CÓDIGO	OCUPAÇÃO
Motorista de Caminhão de 12 (doze) a 18 (dezoito) toneladas	CBO-7825-10	As atribuições e características da ocupação são variáveis de acordo com o setor ser atendido, contudo, em todos os casos são relacionadas ao posto de trabalho em questão, tendo como principal atividade dirigir veículos automotores oficiais e os apreendidos (quando necessário) exercendo ainda outras atividades descritas no Termo de Referência.
Lavador de veículos	CBO-5199-35	Executar serviços de limpeza e conservação de veículos automotores, lavando-os externamente, à mão ou por meio de máquina especializada e outras descritas no Termo de Referência.
Tratador de Animais	CBO-6230-20	Atividades compreendem alimentação e higienização dos animais, a limpeza e higienização dos utensílios e equipamentos utilizados na alimentação dos cães e procedimentos veterinários, a limpeza e higienização dos boxes e áreas adjacentes e o apoio à área Veterinária e outras descritas no Termo de Referência
Auxiliar Operacional de Serviços Diverso	CBO- 519	Atividades compreendem manobras de condução, atracação e serviços de manutenção das embarcações, limpeza e conservação da superfície e compartimentos da coberta e conservar o convés em perfeitas condições de apresentação e funcionamento, além de outras atividades descritas no Termo de Referência.

6.18. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6.19. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência e Contrato.

6.20. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.21. O Termo de Referência e o contrato tratarão de detalhar aspectos específicos e necessários à boa execução dos serviços contratados, definindo com clareza as responsabilidades, bem como as condições indispensáveis à prestação adequada dos serviços, inclusive no que se refere ao compromisso de confidencialidade em virtude de eventual acesso a informação privilegiada.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

7.2. O perfil da demanda da Superintendência da Polícia Federal no Ceará e de suas unidades para os serviços dos serviços em destaque, que se pretende contratar, exige que seja prestado com fornecimento de mão de obra, pois não seria razoável que o serviço fosse prestado sob a sistemática de acionamentos em datas determinadas uma vez que há contínua necessidade dos serviços a serem contratados.

7.3. Pelo exposto, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços a serem contratados justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

7.4. A pesquisa de preços foi realizada considerando os critérios fixados pela IN 65/2021-SEGES/ME, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

7.5. Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço, em observância ao disposto na IN n.º 65/2021.

7.6. No caso em tela, em se tratando de contratação de mão de obra terceirizada, que necessidade de planilha de custo e formação de preços, pesquisou-se pregões eletrônicos realizados pela Administração, dos quais retirou-se o valor médio de lucro e custos com uniformes.

7.7. Nesse mesmo contexto verificou-se os valores dos salários base e outros benefícios em favor das categorias, formalizando-se assim, a planilha de custo e formação de preços (SEI 35364644).

7.8. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constarão no Item 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução apontada pelo presente estudo abrange a prestação dos serviços de Recepcionistas (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Copeira (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Auxiliar Administrativo (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Motorista de Caminhão, Lavador de Veículos com fornecimento de insumos (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), Tratador de Animais e Auxiliar de Convés para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará e suas unidades.

8.2. As informações dispostas neste estudo e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos

8.3. Os serviços especificados neste Estudo Técnico Preliminar serão executados sob o regime de 44 horas semanais, exceto o tratador de animais sob diárias que são 66 (sessenta e seis) horas anuais e Auxiliar de Convés (30hs semanais), de acordo com as rotinas fixadas no Termo de Referência.

8.4. A contratação do serviço será através de pregão eletrônico, regido pela Lei nº 14.133, de 01 abril de 2021, pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017 e demais legislação aplicável.

8.5. O fornecimento de mão de obra exclusiva segue uma série de parâmetros definidos em Termo de Referência, tais como qualificação técnica, experiência comprovada em carteira e lista de atribuições relativas ao cargo constantes na CBO.

8.6. Importante ressaltar a necessidade de agrupamento de alguns itens por lote, posto que não é economicamente vantajoso para a Administração, tampouco viável operacionalmente, a contratação de várias empresas para o mesmo objeto, ao mesmo tempo, considerando a pequeno número de postos por CBO, torna-se pouco atrativo aos licitantes contratar com a Administração para apenas um posto de serviço.

9. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

9.1. A quantidade de postos estimada é a seguinte:

Grupo	Item	Descrição	Quantidade de postos	Unidade de medida	Quantidade	Jornada de trabalho	Local de trabalho
1	1	Recepcionista com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais na sede da Superintendência da Polícia Federal no Ceará.	3	Mês	12	44 hs semanais	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	2	Copeira com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais na sede da Superintendência da Polícia Federal no Ceará	1	Mês	12	44 hs semanais	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	3	Auxiliar Administrativo com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais	8	Mês	12	44 hs semanais	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	4	Motorista de Caminhão de 12 (doze) a 18 (dezoito) toneladas o com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais	1	Mês	12	44 hs semanais	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	5	Lavador de veículos, com fornecimento de insumos de lavagem de veículos com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais	1	Mês	12	44 hs semanais	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	6	Tratador de Animais com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais	1	Mês	12	44 hs semanais	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	7	Tratador de Animais com adicional de periculosidade. Regime de trabalho POR DEMANDA COM 66 DIÁRIAS ANUAIS	1	DIÁRIA	66	DIÁRIAS ANUAIS	SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	8	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 30hs semanais	1	Mês	12	30 hs semanais	NEPOM/DREX /SR/PF/CE em Fortaleza/CE
	9	Insumos para lavagem de veículos: Shampoo neutro concentrado cera automotiva flanela microfibra flanela pano de limpeza limpa alumínio	-	SOB DEMANDA	VIDE TR	-	SR/PF/CE em Fortaleza/CE

		pretinho pneu esponja microfibra bloco de esponja					
Grupo	Item	Descrição	Quantidade de postos	Unidade de medida	Quantidade	Jornada de trabalho	Local de trabalho
2	10	Recepcionista com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais na sede da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE	1	Mês	12	44 hs semanais	Juazeiro do Norte/CE
	11	Copeira com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais na sede na sede da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE	1	Mês	12	44 hs semanais	Juazeiro do Norte/CE
	12	Auxiliar Administrativo com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais na sede da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE	3	Mês	12	44 hs semanais	Juazeiro do Norte/CE
	13	Lavador de veículos, com fornecimento de insumos de lavagem de veículos com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais	1	Mês	12	44 hs semanais	Juazeiro do Norte/CE
	14	Insumos para lavagem de veículos: Shampoo neutro concentrado cera automotiva flanela microfibra flanela pano de limpeza limpa alumínio pretinho pneu esponja microfibra bloco de esponja	-	Sob Demanda	Vide TR	-	Juazeiro do Norte/CE

- 9.1.1. Importante atentar para o serviço especificado no item 7 (tratador de animais sob demanda) que serão 66 diárias anuais.
- 9.1.1.1. O serviço especificado no item 08 (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos) o regime de trabalho será de 30 horas semanais.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. Os preços de referência foram estimados de acordo com a seguinte metodologia:
- 10.2. O valor estimado da contratação foi obtido mediante elaboração da Planilha de formação de preços nos moldes da IN 05/2027 (SEI 35345404) de acordo com os seguintes critérios:
- 10.3. Convenções Coletivas por categorias: SEACEC (SEI 34949295 - termo aditivo e CCT 34949288); SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOVI ESTADO CEARA (SEI 34999445); SIND DOS EMPREGADOS EM PET SHOPS,CANIS,CLINICAS VETERINARIAS,ESC. DE ADESTRAMENTOS DE ANIMAIS DOMEST. E HOTEIS PARA ANIMAIS DOMEST. DO EST. DO CEARÁ (SEI 35000872).
- 10.4. Para compor as Planilhas de Custos e Formação de Preços foram consultados Pregões Eletrônicos e respectivas planilhas para compor valores de referências de preços dos uniformes e média de lucros, conforme demonstram as pesquisas (SEI 35137900; 35137947; 35187110; 35138027).
- 10.5. Para compor a planilha de custo e formação de preços para tratador de animais (fixo) 44 horas semanais (item 6), considerou-se o horário de trabalho diferenciado. O referido posto terá direito ao pagamento de 04 (quatro) passagens de transporte diariamente (de segunda à sábado) sendo 02 (duas) para o turno da manhã e 02 (duas) para o turno vespertino.
- 10.6. De posse destes preços de mercado, obtivemos o valor médio MENSAL de **R\$ 130.934,32** (CENTO E TRINTA MIL NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), totalizando um valor médio ANUAL de **R\$ 1.571.236,10** (UM MILHÃO QUINHENTOS E SETENTA E UM MIL DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E DEZ CENTAVOS. Ficando estabelecido que a contratação deverá ter inicialmente vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. Atentar para a planilha de custo e formação de preços onde no resumo, o valor mensal do item VIII.1 (referente a insumos para limpeza é de R\$ 415,34 e do item IX.1 R\$ 159,45.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Para atingir a finalidade administrativa almejada, fez-se necessário dividir a solução em 14 (catorze) itens divididos em dois grupos de acordo com as categorias e localidades (Fortaleza/CE e Juazeiro do Norte/CE), tornando mais atrativa a participação das empresas do mercado, uma vez que algumas categorias são reservadas para um único posto, o que possivelmente não atrai empresas, entretanto, do modo agrupado amplia-se mais a disputa, além de propiciar maior eficiência na Gestão e Fiscalização Contratual.

11.2. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica para executar os serviços previstos nos grupos proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa.

11.3. Conforme Orientação Normativa nº 01/2021/COORD/E-CJU/SCOM/CGU/AGU os produtos de higiene estão sendo licitados separadamente do serviço de limpeza sendo agrupados com o serviços em itens distintos uma vez que se visa facilitar a execução contratual bem como a fiscalização da efetiva necessidade de consumo.

11.4. Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a "possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais". Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que "jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante". Acrescentou ainda que "conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade", sendo "intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos". E arrematou o Sesi/SP: "O certame teve ampla divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados", além do que "a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços". Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou "razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.". Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: "(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e

vídeo, informática". O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho. Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões".

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 12.1. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

13. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

- 13.1. A pretendida contratação está aprovada no [PGC 2024](#) sob a contratação nº 200392-90035/2023 sendo registrado nos Documentos de Formalização da Demanda (SEI 34634187; 34634225; 34634236; 34674495) E DFD unificado (SEI 34908232).

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 14.1. O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom andamento dos serviços prestados pela SR/PF/CE e suas unidades, por meio de atividades acessórias ou complementares necessárias ao suporte às atividades administrativas.
- 14.2. Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa e também para a gestão inteligente de recursos humanos e financeiros, contribuindo para a atividade finalística da SR/PF/CE.
- 14.3. Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos, espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois desse modo não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao Órgão contratante, em vez de enviar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar sua força de trabalho para outras atividades institucionais.
- 14.4. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.
- 14.5. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Superintendência da Polícia Federal no Ceará e suas unidades necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades com ganho de eficiência e celeridade nos processos administrativos, bem como otimização de recursos humanos, focado na atividade fim.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 15.1. Composição de equipe para fiscalização e gestão contratual, após a finalização da licitação.
- 15.2. Confecção do Termo de Referência embasado nas informações deste Estudo Técnico.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

- 16.1. As empresas deverão atender, em especial, as normas de sustentabilidade previstas na Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10936/2022 e pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, além de outras específicas ao serviço prestado.
- 16.2. As empresas contratadas devem adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.
 - c) observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - f) realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022.
 - g) respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - h) preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

i) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

16.3. As empresas contratadas deverão adotar as seguintes providências, quando for o caso:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros)

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) nos casos necessários, fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

17.1. Assim, diante do exposto, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação da solução demandada.

17.2. Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Preliminar da Contratação, a equipe de planejamento da contratação manifesta-se no sentido de considerar **viável**, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, tendo em vista que o órgão não dispõe das categorias funcionais cuja atribuição coincida com o objeto a ser contratado. Assim, dentre os cargos que integram a estrutura da Polícia Federal, não há cargo com atribuições idênticas ou similares às dos postos de trabalho que se pretende contratar, fato que categoricamente justifica a contratação.

18. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Integrante Requisitante Titular NEY DE CARVALHO ALMEIDA
EPF MATRÍCULA PF Nº 16.956.

Integrante Técnico Titular: RENAN FURTADO LIMA
EPF Matrícula 17946

Integrante Administrativo: LANDERSON DE ARAUJO BASTOS RAMOS
AADM Matrícula 11.904



Documento assinado eletronicamente por **RENAN FURTADO LIMA, Agente de Contratação**, em 29/05/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NEY DE CARVALHO ALMEIDA, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 29/05/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO SIMOES DE OLIVEIRA FRANCO**, **Superintendente Regional**, em 04/06/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35314656&crc=0828AB31.
Código verificador: **35314656** e Código CRC: **0828AB31**.

Referência: Processo nº 08270.004619/2024-09

SEI nº 35314656